

## **SERIA A ‘CORDIALIDADE OFICIAL BRASILEIRA’, A DIPLOMACIA DO ‘HOMEM CORDIAL’?**

Would be the ‘Brazilian official cordiality’, the  
diplomacy of the ‘cordial man’?

*Felipe Kern Moreira*<sup>1</sup>

### **Introdução**

No início de 2008, o historiador das Relações Internacionais do Brasil, Amado Luiz Cervo, lança a obra “Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros”. Ainda no primeiro semestre de 2008, o autor publica o artigo “Formação de conceitos brasileiros de relações internacionais”, no periódico Carta Internacional; e, no segundo semestre do mesmo ano, na Revista Brasileira de Política Internacional - RBPI, “Conceitos em Relações Internacionais”. Nesses artigos, pretende dar a conhecer algumas das principais ideias do livro.

Segundo o artigo da RBPI, o propósito de Amado Cervo parece ser o “repensar a função da disciplina de teoria das relações internacionais (...) e insistir sobre as armadilhas da teoria: imbuir interesses e valores de meios intelectuais em que são elaboradas” (2008c, 21). Também afirma que pretende contribuir, para que as teorias de Relações Internacionais sejam substituídas por conceitos na forma de transição do sistema internacional para outro sistema, que acolha valores, interesses e padrões dos emergentes (2008c, 24).

---

<sup>1</sup> Professor do curso de Relações Internacionais e do Mestrado em Sociedade e Fronteiras, do Centro de Ciências Humanas da UFRR. Possui graduação em Filosofia pelo Institutum Sapientiae de Anápolis (1994), graduação em Direito pela Fundação Universidade Federal de Rio Grande (2001), mestrado (2004) e doutorado (2009) em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. Bolsista DAAD CNPq na Johann Wolfgang Goethe-Universität Frankfurt am Main (2007-2009). Email: [felipekernmoreira@hotmail.com](mailto:felipekernmoreira@hotmail.com)

Diante de tal iniciativa, Amado Cervo, nos artigos, faz referência ao *conceito* de cordialidade oficial, o qual no livro – embora anterior – assume *status* de *paradigma* (2008a, 204ss). No livro, pressupõe que os paradigmas nas ciências humanas não apresentam a mesma rigidez científica que nas ciências exatas e naturais (2008a, 65). Para Cervo, o paradigma “comporta a imagem que determinada formulação conceitual projeta de outros povos” (idem), “com o intuito de integrar a informação acerca da política exterior e das relações internacionais do Brasil em conceitos gerais (...)” (CERVO, 2008a, 63).

Adverte, ainda, que a expressão conceito paradigmático, para o qual seu raciocínio converge, diz respeito à longa duração no modo de fazer política exterior e, por isso, (o conceito paradigmático) não serve à análise de conjuntura (2008a, 66). As referências historiográficas utilizadas no livro para dar densidade cognitiva ao paradigma da cordialidade oficial dizem respeito mais à política externa do que às relações internacionais.

No artigo da RBPI, somente ao conceito de ‘cordialidade oficial’ é que o autor dedica alguns parágrafos, enquanto aos outros conceitos faz referência à rivalidade, à cooperação e ao conflito, às relações cíclicas e em eixo. Os textos que explicam a ‘cordialidade oficial’ – livro e artigo da RBPI – possuem certos argumentos sutilmente diferentes entre si, o que faz pensar que o artigo não consiste somente em esforço de síntese, e sim, talvez, em outro momento de reflexão consistente com o livro.

A palavra *cordialidade*, no tocante à caracterização comportamental brasileira, possui, na literatura das ciências humanas e sociais, um local bem conhecido: faz parte de esforços acadêmicos relativos às grandes sistematizações de nacionalidade. É, contudo, mais comumente associada à obra “Raízes do Brasil”, de 1936, de Sérgio Buarque de Hollanda. Tanto nos artigos quanto no livro, Amado Cervo não faz menção a essas contribuições sociológicas e antropológicas.

A comparação entre os diferentes textos não se presta a ser exercício exegético no sentido do rigor às nuances e detalhes, como, por exemplo, o contraste entre as terminologias paradigma e conceito. A este respeito, se o próprio autor faz o *crossover* entre os termos, não seria necessário debater essas características conceituais.

O propósito desta contribuição é conhecer o paradigma da *cordialidade oficial* no sentido teórico objetivo, segundo Amado Cervo o elabora. Após este estágio, parte-se para referências teóricas ao conceito de ‘homem cordial’, com utilização de recursos que ultrapassam a obra de Sérgio Buarque de Hollanda. Tais incursões permitirão tecer conclusões sobre a questão se a cordialidade oficial seria a diplomacia do homem cordial.

### **O paradigma da cordialidade oficial brasileira**

No artigo da Carta Internacional consta que existem características aplicáveis ao estudo da formação dos conceitos, relativos ao modelo brasileiro, observadas em sua gênese, alcance e significado: a) uma construção social; b) expressão da historicidade; c) inclusão de mensagem positiva; e, d) produção como exigência da ordem metodológica em respeito à verdade e ao rigor (CERVO, 2008b, 06). Essas características não são descritas no livro, pelo menos em nenhum momento em que descreve os componentes do conceito paradigmático. O artigo da RBPI reproduz as características aplicáveis com praticamente as mesmas frases; somente se acrescenta “operacional” a “alcance” (CERVO, 2008c, 22).

A cordialidade oficial é um padrão de conduta conferido pelo governo brasileiro a seus vizinhos e correspondente a uma invenção da diplomacia nacional (2008a, 204). Não consta nos objetivos de Amado Cervo pretender caracterizar o povo brasileiro e, tão menos, desenvolver exercício de sistematização da nacionalidade brasileira. Pretende, sim, caracterizar um padrão de comportamento estatal e, nestes contornos, existe uma hipostatização do Estado estribada e percebida a partir de iniciativas pessoais de agentes de governo.

O termo hipostatização faz referência a características do comportamento humano que são atribuídas ao Estado de forma que, para o autor, a “cordialidade oficial é um padrão de conduta conferido pelo *governo brasileiro* (grifo nosso)” (idem). A personificação do complexo normativo do Estado aparece na literatura jurídica de Hans Kelsen em diferentes obras a partir da utilização de conceitos como hipostatização, antropomorfismo e personificação (KELSEN, 1920, 44 et 168ss et 229; KELSEN,

2008, 130). Os conceitos dizem respeito ao reducionismo (hipostatização) de um sistema normativo (ou institucional), a uma unidade capaz de ter atos de vontade (personificação) reconhecidos por outras unidades que formam uma comunidade (antropomorfismo).

A ‘cordialidade oficial’ refere-se, em primeiro plano, à atividade pública; o que não corresponde ao perfil da atuação pessoal de diplomatas brasileiros, não obstante o padrão de conduta política nacional possa conter padrões mentais e iniciativas privadas. A análise de Cervo remonta ao Visconde de Rio Branco, perpassa o Barão de Rio Branco, Getúlio Vargas, Azeredo da Silveira, João Batista Figueiredo. Possibilita, então, conhecer a ideia de paradigma da oficialidade de governo, protagonizado por pessoas concretas, as quais criaram e mantiveram os indicadores de cordialidade oficial.

Utiliza-se o recurso à terminologia de Teoria de Estado (hipostatização e outros), já consolidada no início do século passado, tendo em vista as diferentes possibilidades de tratamento metodológico do assunto. A *cordialidade* – enquanto característica do comportamento humano – é algo distinto da caracterização do padrão de conduta de determinada coletividade (*homem cordial*), que, por sua vez, se distingue da caracterização da política externa na qualidade de *cordialidade oficial*. É possível que os padrões da política internacional do Brasil sejam mais semelhantes aos do povo brasileiro, em termos de hipostatização, do que os padrões de política externa. O povo é um elemento do Estado e política externa não é necessariamente a política formulada e executada pelo povo senão pelo poder constituído.

O paradigma da cordialidade oficial brasileira é caracterizado, por Cervo, como invenção do pensamento diplomático brasileiro, em particular, do Visconde do Rio Branco, que formulou uma síntese de diferentes opiniões diplomáticas. O traço central da cordialidade oficial no pensamento do Visconde do Rio Branco seria “o propósito de realizar o bem comum, ao agregar boas intenções e boa vontade a iniciativas concretas e provocando o crescimento da civilização em todos os países” (2008a, 204). Explica, ainda, que este traço perseverou na transição do século XIX para o XX, com ênfase nas relações diplomáticas “bilaterais ou regionais, como também sobre relações triangulares que envolvam hegemonias externas à área.” (2008a, 204-205).

O paradigma da cordialidade oficial é uma iniciativa teórica notável. Na obra *Inserção Internacional*, o experiente historiador, passa a teórico, no sentido corrente da disciplina Teoria de Relações Internacionais, até porque propõe a substituição de TRI não pela história, mas por conceitos resultantes da observação empírica (2008a, 65). Nestes termos confirma que se trata de “contribuição do intelectual à teoria das relações internacionais” (2008b, 03).

Trata-se de discurso teórico que sistematiza padrões conceituais observados a partir do registro historiográfico e, com o qual, buscam-se conceitos com alta densidade cognitiva acerca da expressão internacional do Brasil em termos, principalmente, de política externa. Exemplo dos resultados deste exercício teórico nos dá o autor:

“A cordialidade oficial explica o baixo perfil da diplomacia brasileira com relação aos vizinhos, quase sempre se revelando menor do que é, disposta a suportar gestos grandiloqüentes ou a empáfia permanente de um ou outro governo. Quando assim não se porta, como no Conselho da Liga das Nações durante a década de 1920, reivindicando a representação regional, ou no presente, reivindicando a mesma representação no Conselho de Segurança da ONU, suscita reações hostis dos vizinhos.” (CERVO, 2008a, 205)

Amado Cervo não esgota o paradigma da cordialidade oficial na medida em que tal proposição exigiria. Esta afirmação é menos uma crítica do que o entusiasmo com as implicações teóricas que a proposta suscita, tal como a possível relação entre o paradigma e a identidade – ou imagem - internacional do Brasil. O desenvolvimento do paradigma encontra-se no capítulo oitavo do livro, que trata do Brasil e seus vizinhos da América do Sul, mais especificamente no segundo subcapítulo, que trata das bases mentais e culturais das relações do Brasil com seus vizinhos. Por isso, o autor inclui este paradigma entre os pressupostos mentais da política regional (2008a, 206), muito embora ele pese sobre as relações bilaterais ou regionais, como também sobre relações que envolvam hegemonias externas à América do Sul (2008a, 205). Aos outros paradigmas, no mesmo capítulo oitavo, rivalidade, cooperação e conflito, relações cíclicas e em eixo – também não lhes dedica mais do que duas páginas a cada um.

O paradigma da cordialidade oficial é um padrão comportamental da diplomacia brasileira que se concretiza no propósito de realizar o bem comum, agregando boas intenções e boa vontade (2008a, 204). O paradigma assenta-se na percepção da

grandeza brasileira que resolve não se envolver em hostilidades e rivalidades, ou mesmo revelar-se menor do que é (idem, 205). Serve para neutralizar interesses particulares da sociedade brasileira, fazer prevalecer o interesse nacional e atribui lugar importante à boa convivência com os vizinhos (idem, 206). Estas são as principais características do paradigma. Os demais argumentos são exemplos historiográficos que acrescentam densidade cognitiva ao paradigma.

### **A contribuição brasileira para a civilização: o ‘homem cordial’**

Segundo o alfarrábio de Sérgio Buarque de Hollanda, a expressão de que o Brasil dará ao mundo o homem cordial é de Ribeiro Couto numa carta a Alfonso Reyes. Neste caso, adverte Buarque de Hollanda, a palavra cordial tem que ser tomada “em seu sentido exato e estritamente etimológico” (1995, 204). Buarque de Hollanda registra que o sentido de ‘cordialidade’ foi contrariamente interpretado em obra de Cassiano Ricardo, “(...) na qual se fala no homem cordial dos aperitivos e das ‘cordiais saudações’, ‘que são fechos das cartas tanto amáveis quanto agressivas’” (idem, 205). Afirma ainda que o fundamento da cordialidade do brasileiro situa-se na aversão aos ritos sociais:

“No Brasil o rito se afrouxa e se humaniza. (...) A forma ordinária de vida social do brasileiro é o contrário da polidez. (...) Polidez é de algum modo organização de defesa ante a sociedade. Nenhum povo está mais distante dessa noção ritualista da vida que o brasileiro. Nossa falta de polidez pode confundir num primeiro momento, porque a atitude polida consiste precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no homem cordial: lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade.” (HOLLANDA, 1995, 146-149)

Para Buarque de Hollanda, o funcionário patrimonial – que caracteriza a cultura brasileira – trata a gestão política como assunto de seu interesse particular (1995, 146). O autor faz questão de frisar que seu conceito de homem cordial não abrange apenas e obrigatoriamente sentimentos positivos e de concórdia, já que a inimizade pode ser tão cordial como a amizade (1995, 205). Um dado ainda mais interessante em termos de identidade internacional do Brasil é que, segundo o autor, o brasileiro tem dificuldade de reverência prolongada a um superior. E, no trato com outros povos, a manifestação

de respeito e reverência pode existir desde que não suprima a possibilidade de uma intimidade familiar (1995, 148).

Além de Sérgio Buarque de Hollanda, Oswald de Andrade contribuiu para o tema do homem cordial, no campo da filosofia. Quanto ao fundamento da cordialidade brasileira, o que Buarque de Hollanda denomina máscara do indivíduo, Andrade entende como o pavor de conviver consigo próprio. Oswald de Andrade aprofunda o tema em contornos antropológicos e faz do homem cordial assunto relacionado à Antropofagia oswaldiana, o que abre consideravelmente as possibilidades metodológicas de estudo do tema.

Oswald de Andrade produziu a obra “Manifesto Antropófago” em 1928. Em 1950, participa do I Congresso Brasileiro de Filosofia com o artigo, “Um aspecto antropofágico da cultura brasileira – o homem cordial.” Da mesma época desse último, data outra importante base de estudo, “A crise da Filosofia Messiânica” que escreveu para obter, junto à Universidade de São Paulo, o título de livre-docente. Com base em tais textos, é possível, em linhas gerais, buscar referências oswaldianas sobre o homem cordial.

O referido autor afirma que a cordialidade é um aspecto antropofágico da cultura brasileira. O que significaria isto? Raízes do Brasil considera que a generosidade, lhanza e hospitalidade são informadas no meio patriarcal (1995, 147); e Oswald de Andrade entende que a alteridade é, no Brasil, um dos sinais remanescentes da cultura matriarcal (2011, 216). Este é um debate antropológico próprio no qual não se pretende ingressar. O matriarcado é um pressuposto teórico da proposta antropofágica de Oswald de Andrade, o qual cita e acrescenta – ao Raízes do Brasil – que “o que produz o homem cordial é a periculosidade do mundo, a convicção da ausência de qualquer socorro ultraterreno” (2011, 218).

Para Oswald de Andrade, o homem cordial vive numa cultura primitiva detentora de duplo *standard* moral: boa vontade aos membros do clã e aversão ao resto do mundo. Esse homem cordial tem dentro de si a sua própria oposição: sabe ser cordial e sabe ser feroz (2011, 218). A cultura matriarcal compreende a vida como devoração que traz em si a imanência do perigo, que gera solidariedade, que se define como

alteridade (2011, 219). Shaeffer e Galvão entendem que o texto ‘A crise da Filosofia Messiânica’ fala do retorno à sociedade matriarcal primitiva após a crise messiânica do patriarcalismo (SHAEFFER; GALVÃO, 2013, 12). Nestes termos, o caráter antropofágico depende menos da matriarcalidade da sociedade brasileira do que da crise do patriarcalismo. A cultura antropofágica seria uma solução para os problemas do homem e da filosofia, que restauraria um novo matriarcado, caracterizado pela propriedade comum, por uma sociedade sem classes e sem Estado (ANDRADE, 2011, 204-205).

### **Seria a ‘cordialidade oficial brasileira’, a diplomacia do ‘homem cordial’?**

A obra *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Hollanda, entende cordialidade como a aversão ao ritualismo social, no sentido de ser, nossa forma social ordinária; o contrário da polidez, uma máscara para o indivíduo, um disfarce que preserva sensibilidades e emoções (1995, 147). A cordialidade para Cervo possui como traço central o “propósito de realizar em comum, agregando boas intenções e boa vontade a iniciativas concretas e provocando o crescimento da civilização em todos os países, em benefício de cada um (...)” (2008, p. 204). Cordialidade, para Buarque de Hollanda, é uma máscara que consegue manter a supremacia do indivíduo perante o social (1995, 147). Cervo quer explicar um paradigma de conduta da chancelaria brasileira, que diz mais respeito ao Estado; Buarque de Hollanda fala da contribuição do povo brasileiro à civilização.

Ambos concordam no uso da palavra cordialidade. Se, para Cervo, o paradigma da cordialidade oficial assenta-se na percepção de grandeza nacional; para Buarque de Hollanda, a cordialidade é a libertação do pavor de viver consigo mesmo, de apoiar-se em si próprio. Esse pavor reduz o brasileiro ao social e, por isso, a cordialidade seria “viver os outros”. Buarque de Hollanda e Amado Cervo entendem cordialidade de formas diversas, não obstante ambos queiram expressar um ‘ser Brasil’ no mundo. A cordialidade que qualifica a oficialidade da chancelaria brasileira não é terminologia surgida *ex nihilo*.

Ainda é possível uma consideração de caráter metodológico. Amado Cervo propõe que conceitos acolham “valores, interesses e padrões dos emergentes” (2008c, 24). Somado a isto, propõe a inclusão de mensagem positiva como característica aplicável ao estudo da formação dos conceitos, relativos ao modelo brasileiro, observadas em sua gênese, alcance e significado (CERVO, 2008b, 06). Existe diferença metodológica entre sistematizar conceitos de política externa, com escopo pedagógico caracterizado por interesses e mensagens positivas, e sistematizar política externa sem levar, metodologicamente, em conta interesses nacionais e a mensagem positiva.

Exteriores ao campo das Relações Internacionais, existem pesquisas sobre os elementos psicológicos do Brasil, o que em certa medida sintoniza-se com as pesquisas das ciências sociais sobre conceitos de Brasil. Naqueles estudos, aqui acolhidos com generosidade interdisciplinar, existem dados que podem ser relacionados com o debate proposto neste artigo. Roberto Gambini, em seu “Espelho Índio”, e Dulce Helena Rizzardo Briza, em seu “A mutilação da alma brasileira”, dedicam estudos ao drama da identidade brasileira sob categorias junguianas. Gambini afirma que o que fará a identidade brasileira amadurecer será “a capacidade de olhar para a dimensão inconsciente, que despreza e inferioriza o Outro e seu modo peculiar de ser.” (2000, 178). Após conclusões bem semelhantes, Briza afirma que “buscar respostas politicamente corretas não é tão difícil; o difícil é buscar respostas psicológicas, individuais e coletivas, para nossos problemas. (2006, 98). Briza caracteriza a necessidade de maturidades e individuação da identidade brasileira somente possível “quando formos capazes de enxergar nosso lado que é rejeitado, desconhecido, mesmo as emoções menos nobres.” (2006, 98). Muito semelhante ao que Vianna Moog em seu “Bandeirantes e Pioneiros” entendia como “reagir com o passado (...) exame coletivo de consciência” (MOOG, 1989, 183).

E se nos propuséssemos o exercício de identificação do que é rejeitado? Darcy Ribeiro indica que, a partir de dados do historiador Honório Rodrigues, se descobriu que “o Brasil não é tão cordial como quereria nosso querido Sérgio” (RIBEIRO, 1986, 05). Referia-se aos 50 mil mortos nas revoltas sociais que antecederam a independência do Brasil. Por sua vez, o registro de ressentimento quanto ao engajamento brasileiro na

Guerra do Paraguai (GALEANO, 1983, 210ss), a percepção do imaginário social brasileiro, como expansionista (RODRIGUES, 2011, 138ss), e a visão do espanhol como inimigo – séc. XVII e XVIII -, por ser um obstáculo à expansão (LIMA, 2000, 92) revelam duas viabilidades metodológicas do exame do paradigma da cordialidade oficial: a necessidade científica de sistematização de dados, também a partir da percepção que *os outros* (povos) possuem do (ou da política externa do) Brasil e a possível relação de padrões brasileiros com conceitos de cordialidade.

Em janeiro de 2010, o ex-embaixador Rubens Barbosa publicou artigo no jornal *O Estado de São Paulo*, no qual descreve a generosidade e a paciência estratégica do Brasil com os parceiros mercosulinos, que percebem o poder crescente do Brasil (BARBOSA, 2010). Em janeiro de 2013, Mercopress divulga críticas de Barbosa à paciência estratégica, o que reflete também o descontentamento de setores sociais com a atitude permissiva brasileira em relação às barreiras tarifárias da Argentina (BARBOSA, 2013). Generosidade e paciência podem ser relacionadas com cordialidade? O poder do Brasil não poderia ser considerado um “oposto em si”? Existe boa vontade e mensagem positiva na paciência estratégica?

A caracterização de cordialidade remete - em Buarque de Hollanda e Oswald de Andrade e, talvez, em Cervo – a elementos matriciais do *ser* brasileiro. A este respeito, o pano de fundo das caracterizações antropofágicas parece estar ligado aos povos indígenas. O antropólogo Eduardo Viveiros de Castro constatou em seus estudos que a antropofagia é mais do que uma refeição cerimonial; é metafísica e imputa um valor primordial à alteridade, podendo ser reconhecida como um modo ameríndio de pensar e de se viver (SZTUTMAN, 2008, 14). Disso, o teoricamente denominado *perspectivismo ameríndio*, de Eduardo V. de Castro (CASTRO, 2011, 345), é considerado retomada da Antropofagia oswaldiana em outros termos (SZTUTMAN, 2008, 114). Em termos de resultados de pesquisa antropológica, a “imanência do inimigo” (CASTRO, 2011, 265ss) confere evidências ao raciocínio especulativo de Oswald de Andrade sobre as raízes da cordialidade brasileira. Estes dados permitem conhecer sobre o conceito de cordialidade – agora utilizado também no campo teórico das Relações Internacionais – o qual é tributário de resultados de pesquisa sobre elementos matriciais da sociedade

brasileira que poderiam ser conjugados em torno da frase “se tudo é humano, tudo é perigoso” (SZTUTMAN, 2008, 14)

Amado Cervo conhece como poucos a história da política externa do Brasil. Conhece as cordialidades e seus opostos. Este artigo buscou dar a conhecer que o paradigma da cordialidade oficial não é a diplomacia do homem cordial, nos termos de Buarque de Hollanda e de Oswald de Andrade. Não se trata de afirmar se a política externa brasileira é ou não cordial, o que mereceria estudo próprio para testar hipóteses a partir de determinados critérios do que seja, afinal, cordialidade à brasileira.

## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. **Mais do mesmo.** Folha de São Paulo, 12.01.2010. In: <http://diplomattizando.blogspot.com.br/2010/01/1711-assim-caminha-o-mercosul.html>. Acessado em janeiro de 2013.

\_\_\_\_\_. Formação de conceitos brasileiros de Relações Internacionais. In: **Carta Internacional**, fevereiro de 2008b, vol. 3, nr. 01, pp. 03-07.

\_\_\_\_\_. Conceitos em Relações Internacionais. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Ano 51, nr. 02 (julho-dezembro), 2008. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2008c, pp. 08 - 25.

\_\_\_\_\_. **Reine Rechtslehre: Einleitung in die rechtswissenschaftliche Problematik** (1934). Studienausgabe der 1 Auflage 1934. Herausgegeben und eingeleitet von Matthias Jestaedt. Tübingen: Mohr Siebeck, 2008.

ANDRADE, Oswald de. **Obras Completas. A Utopia Antropofágica.** São Paulo: Editora Globo, 2011.

BARBOSA, Rubens Antônio. **Brazilian Industry claims Mercosur is paralyzed and blasts Argentina's illegal barriers on trade.** Mercopress. In: <http://diplomattizando.blogspot.com.br/2013/01/mercosul-ah-o-mercosul-esse-pobre.html>. Acessado em janeiro de 2013.

BRIZA, Dulce Helena Rizzardo. **A Mutilação da Alma Brasileira: um estudo arquetípico**. São Paulo: Vetor Editora, 2006.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosacnaify, 2011.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Editora Saraiva, 2008a.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 15 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GAMBINI, Roberto. **Espelho índio: a formação da nacionalidade brasileira**. São Paulo: Axis Mundi; Terceiro Nome, 2000.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** (1936). 26ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KELSEN, Hans. **Das Problem der Souveränität und die Theorie des Völkerrechts: Beitrag zu einer reinen Rechtslehre** (1920). Tübingen: Verlag von J.C.B. Mohr (Paul Siebeck), 1920.

LIMA, Oliveira. **Formação histórica da nacionalidade brasileira** (1944). São Paulo: Publifolha, 2000.

MOOG, Viana. **Bandeirantes e Pioneiros: paralelo entre duas culturas**. 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

RIBEIRO, Darcy. **Sobre o óbvio** (1986). Disponível em <http://www.biolingua.com>. Acessado em janeiro de 2013.

RODRIGUES, Francilene. O que faz o Brasil *Brasil* e a Venezuela *Venezuela*: Uma descrição comparativa do pensamento social brasileiro e venezuelano. In: MARTINS, Estevão Chaves de Rezende; MOREIRA, Felipe Kern. **As Relações Internacionais na Fronteira Norte do Brasil: coletânea de estudos**. Boa Vista: EdUFRR, 2011, pp. 131-154.

SCHAEFFER, Diego; GALVÃO, Raíssa Varandas. **Cultura, identidade e sociedade brasileira em foco: colonização, construção, modernismos e ideias de Sérgio Buarque de Holanda, Richard Morse e Oswald de Andrade**. Disponível em: [http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340403874\\_ARQUIVO\\_ArtigoAnpuh2012-FINAL.pdf](http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340403874_ARQUIVO_ArtigoAnpuh2012-FINAL.pdf). Acessado em fevereiro de 2013.



SZTUTMAN, Renato (org.). **Encontros: Eduardo Viveiros de Castro**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.

*Artigo recebido dia 22 de março de 2013. Aprovado em 23 de abril de 2013.*

## **RESUMO**

O propósito deste artigo consiste em analisar o paradigma da ‘cordialidade oficial brasileira’, conforme foi concebido pelo historiador Amado Cervo, em perspectiva com o conceito de ‘homem cordial’, mais conhecido a partir da obra “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque de Hollanda. O artigo faz referência à construção de ambos os conceitos e aponta diferenças as quais permitem conhecer que a ‘cordialidade oficial’ não é a diplomacia do ‘homem cordial’.

## **PALAVRAS-CHAVE**

História da Política Externa Brasileira, Amado Cervo, ‘cordialidade oficial’

## **ABSTRACT**

The purpose of this article consists in to examine the concept of ‘official cordiality’, as conceived by the Brazilian historiographer Amado Cervo, under the perspective of a concept of “Cordial Man”, best known from the book “Roots of Brazil” by Sérgio Buarque de Hollanda. The article makes references to the construction of both concepts and points out to differences that allow us to know that “the official cordiality’ is not the diplomacy of the ‘cordial man’.

## **KEY WORDS**

History of Brazilian Foreign Policy; Amado Cervo; ‘official cordiality’